



I Encontro de Pesquisa e Extensão Docente
22 de agosto de 2014
São Luís/MA – Brasil

IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DO ESTADO E REPARAÇÃO CIVIL PELA PRÁTICA DE TORTURA: o caso ZahraKazemiv. República Islâmica do Irã

Rodrigo Otávio Bastos Silva Raposo (UNDB)
Mestre em Direito
rodrigobastosraposo@hotmail.com

Patrícia Maria Lara Abreu (UEMA)
Acadêmica do Curso de Direito
patyabreu42@hotmail.com

RESUMO

Análise da evolução do instituto da imunidade de jurisdição do Estado conforme a prática judiciária internacional. Discute-se atualmente as limitações que podem surgir para a imunidade de jurisdição do Estado quando da violação de regras importantes do Direito Internacional. O objetivo principal do estudo é identificar a configuração de uma nova limitação à imunidade soberana. Os objetivos específicos são apresentar os conceitos essenciais de imunidade de jurisdição e de *jus cogens* e expor os elementos essenciais do caso em exame. A abordagem teórica do trabalho tem como ponto de partida a concepção de comunidade internacional e de ordem jurídica internacional conforme a elaboração de Alfred Verdross. A abordagem utilizada é qualitativa, com emprego de estudo de caso. A Suprema Corte do Canadá está em vias de julgar o pedido de reparação civil decorrente da prisão, estupro e morte de Zahra Kazemi, sob custódia da República Islâmica do Irã, em 2003. As instâncias anteriores da justiça canadense decidiram pela manutenção da imunidade de jurisdição do Estado iraniano mesmo diante das alegações de violação de *jus cogens* e de incidência de uma das exceções à imunidade de jurisdição previstas no *Canada State Immunity Act*. O julgamento ilustra a tendência atual de manutenção da prerrogativa de imunidade de jurisdição dos Estados em matéria civil, mesmo diante da prática de tortura.

Palavras-chave: Caso Kazemi. Tortura. Imunidade de Jurisdição.



I Encontro de Pesquisa e Extensão Docente

22 de agosto de 2014

São Luís/MA – Brasil

REFERÊNCIAS

CANADA. Quebec Court of Appeal. **Islamic Republic of Iran c. Hashemi**, 2012 QCCA 1449. Case nº 500-09-021440-110. Judges Yves-Marie Morissette, Richard Wagner, Clément Gascon. 15 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.jugements.qc.ca/php/decision.php?liste=76814341&doc=2B1951E730AB4F1BFC7DE8781E40C2D3A534A6207CECDBF438486FE01E90FD30&page=1>>. Acesso em: 29 maio 2014.

CANADA. **State Immunity Act**. An Act to provide for state immunity in Canadian courts. Disponível em: <<http://laws-lois.justice.gc.ca/PDF/S-18.pdf>>. Acesso em 27 jun. 2014.

NASSER, Salem Hikmat. Jus Cogens: ainda esse desconhecido. **Revista Direito GV**, v. 1, n. 2, jun./dez. 2005, p. 161-178. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9658/Salem%20Hikmat%20Nasser.pdf?sequence=1>>. Acesso em 18 maio 2014.

ONU. **Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes** (Resolução 39/46 da Assembleia Geral das Nações Unidas), de 10 de dezembro de 1984. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/conv_contra_tortura.pdf. Acesso em: 22 maio 2014

VERDROSS, Alfred. O Fundamento do Direito Internacional. **Revista de Direito Internacional**, v. 10, n. 2, 2013, p. 1-33. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/2685>>. Acesso em 23 abr. 2014.